

DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA MULHERES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Luana de Araújo Monteiro[1]

Débora Mate Mendes[2]

Círculo de Saber 06: Relações de Gênero, sexualidade e Feminismo

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios de acesso e na continuidade dos estudos no âmbito da pós-graduação stricto sensu de uma estudante ribeirinha na Amazônia Amapaense. Para tanto, utiliza-se a narrativa autobiográfica ou auto narrativa, uma estratégia de investigação que produz conhecimentos valiosos por possibilitar que o sujeito e o objeto de estudo apresentem a sua inerente confluência. Propõe reflexões importantes a partir das vivências cotidianas e trabalho produtivo e reprodutivo de uma mulher ribeirinha na pós-graduação e seus desafios para acessar, permanecer e concluir os estudos. Por fim, destaca a necessidade de que a universidade e consequentemente os programas de pós-graduação reflitam sobre o seu papel no processo de inserção e viabilização de condições de permanência para mulheres do campo, das águas e das florestas nesses espaços formativos.

Palavras-chave: Mulheres Ribeirinhas; Pós-Graduação; Amazônia Amapaense

Introdução

O acesso e permanência das mulheres do Campo, das Águas e das Florestas aos espaços educacionais é uma temática importante pois a realidade impõe diversas limitações para a consolidação desse processo. Questionamentos sobre a educação nos remetem ao fato de espaços educacionais não serem acessados por todos com o mesmo nível de condição, bem como, às disparidades entre os/as estudantes e o modo como essas diferenças afetam o acesso e permanência no meio educacional.

Este estudo propõe como questão problema “quais os desafios de acesso e impactos na continuidade dos estudos no âmbito da pós-graduação stricto sensu de uma estudante ribeirinha na Amazônia Amapaense? ”. Nesse sentido, consideramos que alunos/as e professores/as são sujeitos envolvidos no processo educacional e na construção da prática educativa, por meio de troca de saberes, como pontuado por

[1] Licenciada em Educação do Campo e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED da UNIFAP. E-mail: luanamonte246@gmail.com

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED e Licenciatura em Educação do Campo da UNIFAP. E-mail: deboramate@unifap.br

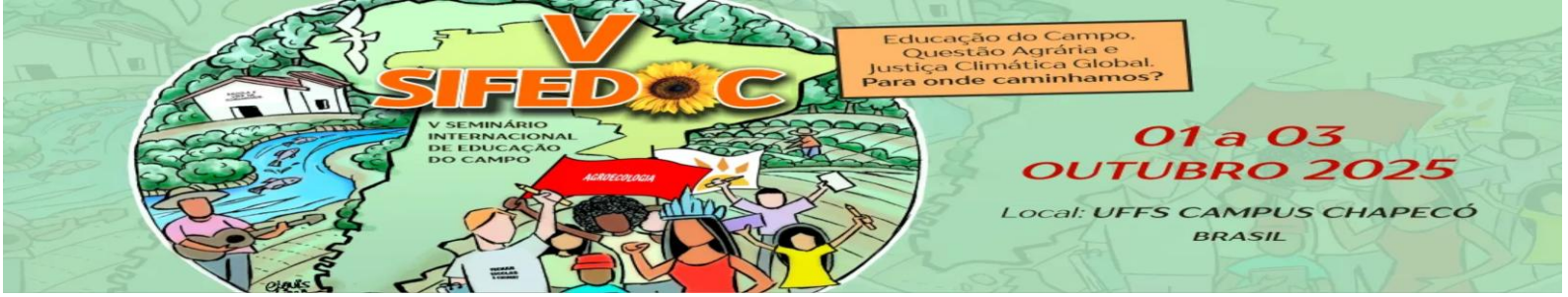
Freire (2002) ao ressaltar a importância de considerar a autonomia enquanto característica pedagógica necessária para a educação.

Não é possível discutir a educação sem considerar o fator sociedade. Aponta-se que a sociedade contemporânea é formada por uma notória divisão de classes sociais, fundamentada em fatores sócio-históricos e culturais, com impactos em aspectos como gênero, raça, etnia e cultura e seus inegáveis reflexos na forma como o ser humano se compreende como sujeito e se projeta no mundo (Barros et al., 2024).

Analisar a presença feminina na educação, mesmo na era contemporânea, culmina em pensar que existem incontestáveis entraves no ingresso da mulher no âmbito educacional. Incluindo a diferença para as mulheres conquistarem seu lugar no espaço de educação que se intensifica quando estas são sujeitas do campo, das águas e das florestas. No caso de comunidades ribeirinhas da Amazônia, as mulheres enfrentam inúmeros desafios ao buscarem o acesso a espaços que são construídos para excluírem aqueles que estão distantes do perfil educacional tradicional (França, 2024).

A realidade permeada de diversas vivências durante meus 20 anos enquanto estudante pertencente à uma comunidade ribeirinha estimulou a estudar e a participar de movimentos sociais, atuando em diversas atividades sociais que já colocavam em prática ações educativas escolares. As minhas vivências compõem as motivações que me estimulam a desenvolver a presente pesquisa e o interesse pela dimensão educativa nos desafios e enfrentamentos das mulheres no acesso e permanência na educação. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar os desafios de acesso e na continuidade dos estudos no âmbito da pós-graduação stricto sensu de uma estudante ribeirinha na Amazônia Amapaense.

Diante do exposto, a proposta da presente pesquisa se justifica a partir da necessidade de que estudos investiguem o contexto educacional de mulheres ribeirinhas na região da Amazônia Amapaense e suas interações no processo educativo, bem como, os desafios vivenciados por mulheres no acesso e permanência no ensino superior, mais especificamente em um programa de pós-graduação.



METODOLOGIA

A construção do presente estudo ocorreu no âmbito da disciplina Educação, Poder e Território nas Amazônias, por meio de provocação e incentivo a reflexão sobre o conhecimento adquirido com a experiência de observação e de vivência sobre o objeto de estudo: mulheres residentes em uma comunidade ribeirinha e associadas à uma organização social que articula processos produtivos, participação e incidência política na construção de melhorias para seu território, e nas leituras realizadas como atividades de formação no programa de mestrado.

Os resultados a serem apresentados e discutidos foram obtidos por meio das vivências educacionais da autora, com enfoque para a sua experiência em atendimento às aulas presenciais no Programa de Pós-graduação em Educação, com apresentação da narrativa de experiência enquanto método de coleta de dados. Marques e Satriani (2017) categorizam que as ciências humanas e sociais enfrentam desafios para produção de conhecimento sobre o ser humano em razão do fato de que o foco do estudo e o pesquisador são resultados da mesma natureza. Com isso, a narrativa é uma ferramenta metodológica relevante, sendo, portanto, a narrativa autobiográfica ou auto narrativa, uma estratégia de investigação que produz conhecimentos valiosos para a humanidade, por possibilitar que o sujeito e o objeto de estudo apresentem a sua inerente confluência.

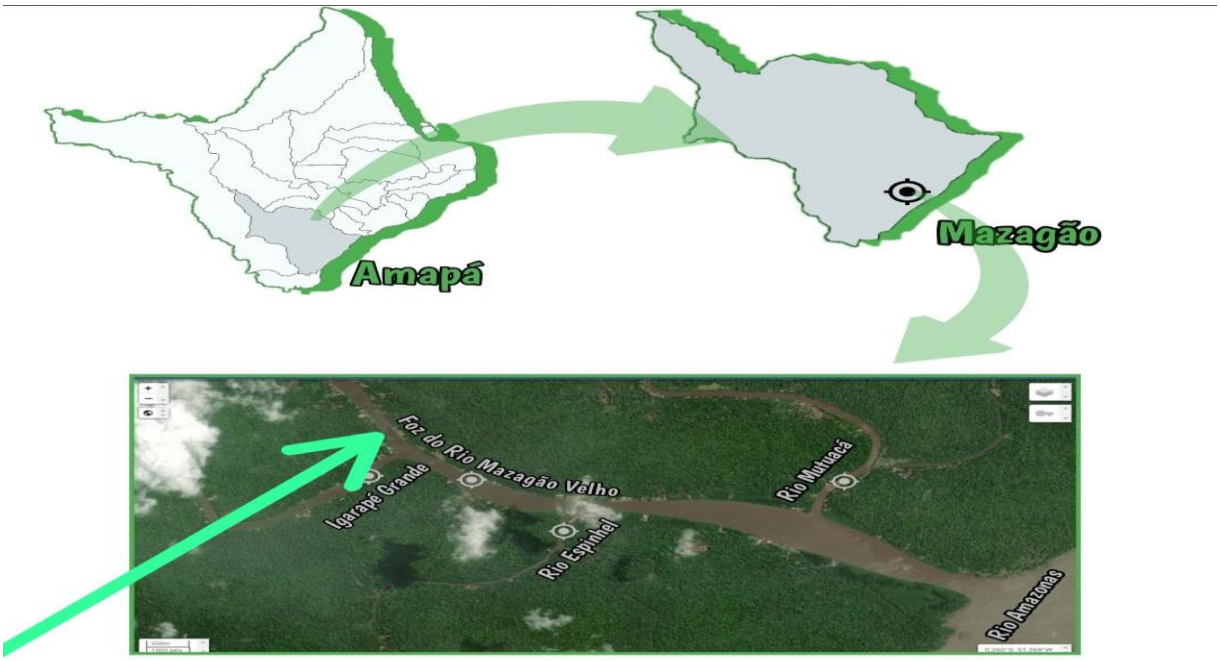
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os desafios de acesso e permanência no ensino superior são variados, mas é de fundamental relevância e identificação para outros/as estudantes, em especial para mulheres que possuem características semelhantes, a discussão sobre os reflexos que a distância entre a residência do/a aluno/a com o campus universitário e a busca em transpor a distância sendo uma condição de disparidade entre os/as estudantes, bem como, um obstáculo de acesso e permanência de mulheres a educação amapaense.

A figura abaixo apresenta por meio de recurso visual a caracterização do Estado do Amapá, o município de Mazagão e o local de residência, por meio da

identificação pela seta colorida. Utiliza-se essa caracterização pela distância ser de 80 km entre o local identificado pela seta até o campus da Universidade.

Figura 1 – Representação visual do deslocamento de casa para a universidade:



Fonte: MapChart, Earth Explorer, 2022, elaborado pela autora.

Resido em um assentamento próximo ao Rio Amazonas, em uma comunidade ribeirinha. Para realizar a travessia da residência até a Universidade, o dia é iniciado às 4:30h, com um transporte fluvial (voadeira: lancha rápida com motor de popa) e dois meios de locomoção terrestre (ônibus). O primeiro transporte necessário é o fluvial, sendo um barco com um percurso de 4 a 5 km, com duração em torno de quarenta minutos até uma comunidade denominada Mazagão Velho.

Após a chegada é esperado o momento de adentrar em um ônibus que faz a linha para Mazagão Novo e Macapá, sendo o trajeto iniciado às 6h, com um percurso de 27 km até o local do segundo transporte terrestre (Mazagão Novo). O segundo ônibus se dirige para o município de Santana e em seguida o bairro da Fazendinha á no município de Macapá, sendo utilizado pelo fato de que uma de suas paradas é em

frente à entrada do *campus* Universitário Marco Zero da Universidade Federal do Amapá no qual sou discente do programa de mestrado.

Com o dia iniciado às 4:30h, o percurso que dura em torno de quatro horas de deslocamento possibilita que a chegada à Universidade seja em torno de 8:30h, com o período de estudos finalizado até 12:00h, em média. Todavia, relata-se mais um dos desafios diários que influenciam no acesso e permanência da educação: o trajeto de retorno. Com o período de estudos finalizado no início da tarde existe uma diferença até o próximo horário de trajeto da primeira linha de ônibus para Mazagão, que varia entre 15h até as 16h. Não são todos os dias que é possível otimizar o período de espera de mais de três horas de diferença entre o fim da aula com a chegada do ônibus, sendo variável a possibilidade de utilizar outros meios de locomoção para contornar o desafio da espera do sistema de transporte coletivo com a diferença de horário do fim da aula.

O retorno à residência, com o mesmo trajeto de volta sendo o inverso do que é feito no trajeto de ida, ocorre no fim da tarde ou à noite. Com isso, o maior desafio a ser discutido aqui são os variados impactos que existem pela distância percorrida influenciar no acesso da estudante às dependências da Universidade e Programa de Pós-graduação.

Poderia ser sugerido que, no decorrer da formação *stricto sensu* houvesse uma mudança temporária de residência para uma das duas cidades em que há o deslocamento da residência até a Universidade. Todavia, a vida cotidiana é inerentemente impactante para a experiência educacional. Sou mãe de duas crianças, uma com 7 anos de idade e outra com um ano de idade, participante ativa e pertencente à comunidade, atuando na associação da comunidade, coordenadora pedagógica da escola de educação infantil e fundamental da comunidade que atende mais de 200 crianças, são fatores que impossibilitam uma mudança de residência, mesmo que temporária. Nesse sentido, exerço trabalhos considerados como produtivos e, também, reprodutivos na perspectiva apontada por Seibert; Guedes e Marfort,

> Na divisão sexual do trabalho no campo, as mulheres realizam tanto os trabalhos considerados pelo sistema capitalista como produtivo e o trabalho reprodutivo, de cuidados, gerando uma intensa e extenuante jornada de trabalho. Por ser invisibilizado, o trabalho das mulheres não é considerado como tal e em geral não é entendido como gerador de renda. Não contabilizar o trabalho das mulheres do campo em dinheiro poderia não ser um problema, se nessa sociedade

> capitalista, racista e patriarcal o valor das coisas não fosse medido a partir do dinheiro (Seibert; Guedes; Marfort, 2021, p. 413).

Nesse bojo, é importante destacar que entre os trabalhos que desenvolvo a atuação comunitária é meu propósito maior para a formação continuada na pós-graduação, para contribuir na Educação do Campo com os conhecimentos adquiridos e ampliar o desenvolvimento da comunidade ribeirinha e da escola municipal onde trabalho.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia são marcadas pela presença feminina e pela ação da mulher na formação da comunidade. Muitas assumem o papel de referência e de organizadoras da convivência comunitária. Com isso, nota-se a educação ribeirinha, conforme as características específicas do espaço e a sua ação enquanto processo de formação humana, de construção de referenciais culturais, sociais e políticos das mulheres ribeirinhas (Fernandes; Cerioli; Caldart, 2009).

As dificuldades produzidas pela distância expressiva são fatores que influenciam diariamente em maior resiliência e perseverança em continuar enquanto discente do mestrado. Não é somente a transposição da distância, mas os fatores inerentes à condição de ser mulher, de necessitar de transporte em um horário que apresenta maior suscetibilidade a violências de gênero, bem como as exigências da maternidade são condicionantes que amplificam as dificuldades para a permanência de uma mulher e a sua transformação de discente, de mestranda, para mestre em Educação, como é o que pretendo alcançar.

As trajetórias e vivências de formação educacional de mulheres no que se refere ao campo da educação, proporcionam visibilidade às histórias de vida que exercem efetiva participação social, na educação de outras mulheres, no incentivo a lutar pelos direitos com equidade de gênero, consciência, liberdade, sororidade, representatividade e empoderamento feminino. Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 14), afirmam que: “há muitas transformações a serem feitas na educação em nosso país para que esta se realize como instrumento de participação democrática e de luta pela justiça social”.

Reflito diariamente sobre a dificuldade na aprovação em pós-graduação *stricto sensu* na educação brasileira, pois não é um processo simples, bem como pondero sobre as dificuldades enfrentadas no percurso, pela vida cotidiana e nas diferenças

que impactam na permanência de uma mulher para continuar a formação, mesmo com adversidades de caráter notório. Com isso, surgem questões inegáveis relacionadas à necessidade de que as instituições de ensino poderiam aplicar ações efetivas para minimizar as singularidades que envolvem os alunos do campo, das águas e das florestas no sentido de promover condições de equidade para que haja maior acesso ao ensino superior e à pós-graduação.

O ingresso na Educação Básica e Superior refletem variados graus de desafios para o acesso de mulheres ribeirinhas a essas etapas do processo educacional (Marques, 2023). A realidade vivenciada pela autora, sendo participante ativa na comunidade ribeirinha, no Estado do Amapá, com trajetória educacional na rede de ensino público, bem como aprendiz e reconhecedora da importância da união entre os conhecimentos da Educação Básica contextualizada pela vivência ribeirinha, foram fatores que culminaram para estímulo de investigação da pesquisa no campo educacional.

Relaciona-se a realidade de mulheres ribeirinhas com a obra de Freire (1987), pois embora seja uma comunidade do Campo, a prática docente tem sido realizada por sujeitos externos à comunidade que pouco estimulam o protagonismo local a partir das pessoas que ali residem, as mulheres, juventude rural, extrativistas, e todas/os as/os sujeitos que compõe este território.

Observa-se, ainda, que dentre algumas pessoas que tiveram acesso à educação formal, há pouca valorização da cultura e agentes locais, e passa-se para a juventude a ideia de que a comunidade é um local subdesenvolvido, o que estimula muitos jovens a evadirem para os centros urbanos e, no caso das mulheres, por resistência de seus familiares, essas tendem a permanecer com níveis baixos de escolarização e formação precoce de famílias.

Instigada por essas questões, reafirmo a necessidade de que é preciso ir além da denúncia, pois é na luta e na construção de alternativas de transformação que o processo educativo se faz verdadeiramente, como afirma Caldart (2002, p. 21), “uma educação vinculada aos processos sociais de formação dos sujeitos do campo porque aprendemos na prática que não há como educar verdadeiramente o povo do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização”, além disso,

aprendemos, também, com Caldart que o processo de transformação se faz na própria luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados são iniciais, o que indica a necessidade de aprofundamento na pesquisa. Busca-se fazer uma investigação maior sobre o perfil das mulheres ribeirinhas como eu, e com a investigação das condições de educação desse segmento, possivelmente, sugerir possibilidades e demandas reais relacionadas não apenas e somente com educação formal, mas sobretudo, a resolução de entraves que inviabilizam a transposição de desafios para acesso e permanência na educação.

Por fim, é necessário refletir sobre o papel da universidade e dos programas de pós-graduação no processo de inserção e viabilização de condições de permanência para mulheres do campo, das águas e das florestas, além de outros sujeitos historicamente barrados desses processos educacionais, por meio de políticas de ações afirmativas, de permanência e construção de estratégias que possam minimizar as dificuldades de estudantes destes territórios.

REFERÊNCIAS

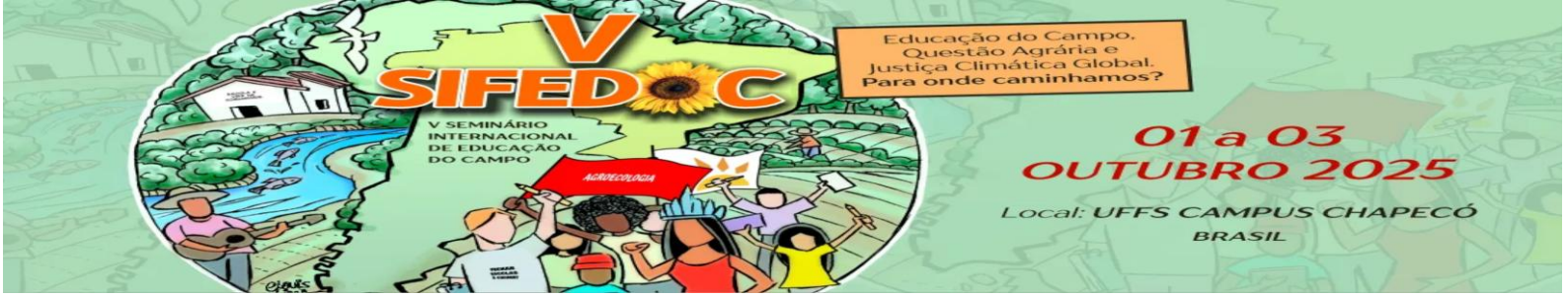
BARROS, M. O., et al. A trajetória da mulher preta na educação: uma revisão sistemática. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 24, e24176, 2024.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação Básica do campo”. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs**.**)**.** *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

FRANÇA, D.M. *O empoderamento das mulheres ribeirinhas por meio do ingresso na universidade em Tefé.* Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Tefé, 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129p.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 54p.



KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo).

MARQUES, F. M. *Sustentabilidade da vida: cartografia de saberes socioambientais dos (as) alunos (as) do ensino médio da Escola Família Agroextrativista do Carvão, na Amazônia Oriental-AP*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Macapá, 2023.

OLIVEIRA, V. M.; SATRIANO, C. R. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. *Linhas Crí-ticas*, [S. l.], v. 23, n. 51, p. 369–386, 2018.

SEIBERT, I. G.; GUEDES, L.;MARFORT, K. Feminismo Camponês e Popular. In:DIAS, Alexandre Pessoa et al.Dicionário de Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão